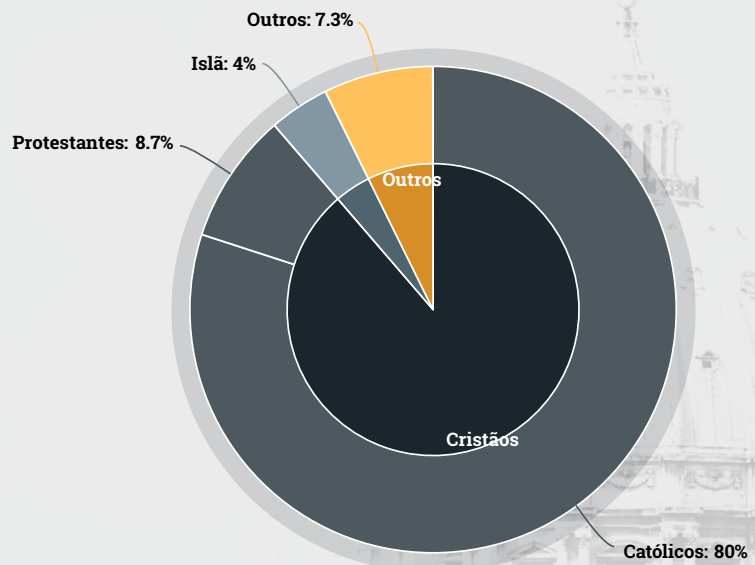
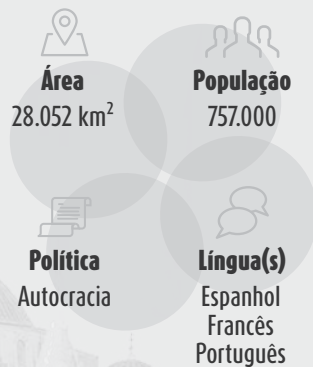


Guiné Equatorial



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

O artigo 13º da Constituição (adotado em 1995 e revisto recentemente na nova Constituição, que foi aprovada por referendo em 2011) garante liberdade “religiosa e de culto”, enquanto o artigo 15º afirma que “todos os atos de discriminação cometidos com base na filiação tribal, no sexo ou na religião” são “puníveis por lei”. O artigo 23º acrescenta que “o Estado garante a cada pessoa, organização privada ou comunidade religiosa o direito a estabelecer escolas”, desde que elas respeitem o programa escolar oficial. O mesmo artigo também permite a livre escolha da educação religiosa “com base na liberdade de consciência”.^[1] Esta disposição é confirmada pela lei, que afirma que cada pessoa é livre de estudar a sua religião e não deve ser forçada a seguir outra religião sem consentimento.

Nas escolas estatais, o estudo da religião é opcional e pode ser substituído por aulas de educação cívica ou social. Tal como o artigo 9º da Constituição esclarece, a religião não é permitida como política definidora dos partidos políticos.

Uma lei de 1991, que no ano seguinte foi confirmada por decreto presidencial, estabelece as normas para o registro dos grupos religiosos e para o tratamento preferencial oficialmente aprovado para com a Igreja Católica e a Igreja Reformada da Guiné Equatorial, nenhuma das quais é obrigada a obter o registro estatal. Além disso, em outubro de 2013, o Governo da Guiné Equatorial e a Santa Sé assinaram uma concordata. Este tratamento preferencial é demonstrado na prática pela inclusão da Missa católica em todas as cerimônias oficiais, em especial durante as celebrações do aniversário do golpe de Estado de 1979, do Dia da Independência e do aniversário do presidente.

Os outros grupos religiosos são obrigados a registrar-se através de um pedido escrito ao Ministério da Justiça, do Culto Religioso e das Prisões. A avaliação deste pedido é confiada ao diretor-geral deste ministério. Alguns grupos religiosos, como por exemplos os Muçulmanos e os Bahá'ís, precisam se registrar apenas uma vez. Outras denominações mais recentes podem ser obrigadas a renovar o seu registro periodicamente. Os grupos não registados podem ser multados ou proibidos. Na prática, o processo de registro é extremamente lento, em alguns casos pode mesmo levar vários anos, mas isto parece acontecer por causa da burocracia local e não por causa de qualquer decisão política explícita para atingir qualquer grupo religioso em particular.

Um decreto do Ministério da Justiça, do Culto Religioso e das Prisões, publicado em 4 de abril de 2015, especifica que qualquer atividade religiosa que ocorra fora do período temporal das 6 horas da manhã às 9 horas da noite ou fora dos locais de culto registrados requer autorização por parte do ministério. O decreto proíbe os atos religiosos ou

[1] www.guineaequatorialpress.com/imgdb/2012/leyfundamentalreformada.pdf (acessado em Março de 2016).

a pregação em residências privadas e requer que os representantes ou autoridades religiosas estrangeiras obtenham autorização antecipada do ministério para participarem em atividades religiosas.^[2]

INCIDENTES

A Igreja Católica é declaradamente próxima do Governo e goza de muitos privilégios. Por exemplo, um certificado de batismo pode ser aceito como documento oficial e pode até ser solicitado para alguns fins oficiais.^[3] A oposição e grupos da sociedade civil criticam muitas vezes a Igreja Católica por alegadamente se manter silenciosa perante os abusos de poder governamentais. Em 3 de agosto de 2015, o Arcebispo de Malabo, Juan Nsue Edjang Maye, presidiu uma Missa onde participaram altos funcionários em Oyala, a nova capital projetada, por ocasião do aniversário do golpe de Estado de 1979, na qual o arcebispo elogiou o presidente Obiang.^[4]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Durante o período do relatório, não foram reportados qualquer fato de perseguição deliberada contra qualquer parte significativa da população por razões religiosas específicas. Na prática, contudo, esta liberdade tem que ser vista no contexto mais alargado da opressão política e da falta de respeito do Governo pelos direitos humanos básicos. Em particular, tem havido queixas frequentes de perseguição, por parte de muçulmanos que vivem no país, e acusações por parte da polícia de serem simpatizantes do Boko Haram. A população muçulmana tem aumentado nos últimos anos, devido ao número crescente de imigrantes provenientes de países da África Ocidental e do Oriente Médio. Em março e abril de 2015, centenas de cidadãos dos países da África Ocidental foram detidos e deportados. Em muitos casos, a repressão policial ocorreu em sextas-feiras, em locais perto de mesquitas onde foi fácil identificar e encurralar os imigrantes em questão. Na maioria dos casos, eles nem sequer tiveram tempo de avisar as suas famílias ou de recolher os seus bens. Alguns ativistas de direitos humanos relataram que houve casos em que os detidos, enquanto estavam sob custódia policial, foram forçados a trabalhar nas residências dos agentes da polícia.^[5] No ano anterior, foram também relatadas várias deportações de imigrantes de países da África Ocidental, em circunstâncias muito semelhantes.^[6]

[2] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2014/af/238210.htm>

[3] Conversa com um sacerdote católico da Guiné Equatorial.

[4] <http://www.diariorombe.es/juan-nsue-edjang-celebro-la-misa-en-la-conmemoracion-del-golpe-de-estado-mezclando-espanol-y-fang/>

[5] Conversa do autor com dois ativistas de direitos humanos da Guiné Equatorial.

[6] <http://puentehumano.blogspot.com/2014/07/32-inmigrantes-africanos-expulsados-de.html>